

## A PAUSA DO NATAL

por Mário Soares

1. Entrámos na época natalícia. Portugal parou, como quase por toda a parte, na Europa. Os Parlamentos, os Governos e os Partidos suspendem os seus trabalhos e a política - bem como a economia - abrem, normalmente, um parêntesis nas suas actividades. A Comunicação Social mudou os dias da publicação dos Semanários - calendário obriga - e as rádios e as televisões substituem os seus programas favoritos - o comentário, a intriga política e as más notícias económicas e financeiras - por reportagens sobre o clima, muito duro neste começo do inverno, que fez parar tantos aeroportos europeus, com consequências muito desagradáveis para os utentes e que, este ano, também se fizeram sentir em Portugal.

As homilias religiosas habituais, neste ano tão difícil, insistiram mais sobre as intoleráveis desigualdades sociais, que a caridade cristã, por si só, não pode sequer minorar, sem, naturalmente, esquecer a defesa dos mais pobres, dos desempregados e dos mais desfavorecidos que, nesta primeira infeliz década do século XXI, aumentaram consideravelmente. Flagelos a que a União Europeia não estava habituada.

O descontentamento e o mal-estar social manifestaram-se mais, sobretudo nas periferias dos grandes centros urbanos, com surtos inesperados de violência, que a Portugal, felizmente, ainda não chegaram. Verificaram-se, por forma crescente, movimentos a favor da solidariedade social - e ainda bem - perante o espectro da fome, que começa a atingir muita gente. Solidariedade que, neste fim de ano, se revelou com maior intensidade, dado o activismo de múltiplas organizações humanitárias, o que prova a natural coesão social do nosso Povo.

Não é, seguramente, o momento oportuno para voltar a escrever sobre a crise monetária e económica que nos afecta e a toda a Europa do euro, sem excepção. Mas é tempo de reflexão, que às vezes falta, mesmo aos nossos dirigentes. Nos próximos artigos, passadas as festas, voltarei a esse tema. Será então o bom momento de fazer o balanço crítico do que foi este ano de 2010 - para a União e para Portugal - de voltar às causas da crise global e à urgência de as remover, para podermos iniciar um novo desenvolvimento, com princípios éticos estritos e visando, principalmente, o bem-estar das pessoas e a sua dignidade.

Nesta fase natalícia, tenhamos esperança no futuro, saibamos combater o egoísmo negociasta, o consumismo inútil e pensemos nos outros, sejam ou não crentes, portugueses ou imigrantes residentes em Portugal. O humanismo solidário é um caminho de progresso, de paz e de inclusão social. Por isso, deve envolver não só os nossos compatriotas, como os imigrantes que vivem e trabalham na nossa terra. Fomos, durante séculos, uma terra de emigrantes, para sobreviver, e ainda hoje temos muitos portugueses a trabalhar no estrangeiro, espalhados por todos os Continentes, que pensam e confiam, com razão, em Portugal e, muitas vezes, auxiliam as famílias que aqui deixaram. O Povo Português tem - e sempre teve - um grande amor à Pátria. Tenhamos, pois, confiança no futuro - e esperança - porque sempre soubemos resistir e vencer as dificuldades, pelas quais tantas vezes passámos. Hoje temos elites excepcionais, em todos os domínios do conhecimento, das artes e das novas tecnologias. Temos recursos inesperados - na terra e no mar - que devemos, urgentemente, saber aproveitar. Atrás de tempo, tempo vem...

### Liberdade Religiosa

2. Os jornais e as televisões internacionais anunciaram que Portugal é o país europeu onde se verifica uma maior tolerância religiosa e o diálogo e o respeito entre as diferentes religiões e entre crentes e não crentes. Como Presidente da Comissão da Liberdade Religiosa, fiquei naturalmente satisfeito com essa notícia, que não me espantou e que nos garante o acesso a um alto patamar democrático e civilizacional. Nem tudo na vida são números e deficits...

Aliás, nem sempre foi assim. Há pouco mais de um século, Portugal, era um Estado confessional, sendo o catolicismo a religião oficial. Foi com a I República que deixou de o ser. Se

andarmos para trás, mais dois ou três séculos, fomos a terra da Inquisição, da intolerância, do fanatismo, da expulsão dos judeus, dos hereges, dos muçulmanos e das perseguições religiosas, contra os chamados infiéis... O nosso grande poeta e pensador do século XIX, Antero de Quental, num ensaio histórico, que ainda hoje é de grande actualidade - "As causas da decadência dos Povos Peninsulares" - estigmatizou a inquisição, a expulsão dos judeus, a par do absolutismo real, como as causas históricas maiores da nossa decadência. E da Espanha... Após a gesta gloriosa dos Descobrimentos.

A Revolução Liberal do século XIX pôs fim ao absolutismo político e a muitos privilégios da Igreja Católica oficial e das ordens religiosas. Tivemos o nosso "mata frades", Joaquim Augusto de Aguiar, e antes dele o grande Mouzinho da Silveira, que mudou Portugal. Contudo, nos começos do século XX, o clericalismo católico voltou, muito agressivo, e deu lugar a um anti-clericalismo extremista, que, aliás, esteve na base do movimento republicano, com o positivismo de Teófilo Braga, importado de Auguste Comte.

Estamos, este ano, a celebrar o Centenário da República, que se iniciou no Porto, em 31 de Janeiro de 2010, evocando a primeira revolta republicana, frustrada, que ocorreu no fim do século XIX, atirando para o exílio grandes pensadores como Sampaio Bruno e Basílio Teles. Cerca de vinte anos depois, foi proclamada a República, em 5 de Outubro de 1910, data que tem sido festejada, neste ano do Centenário, com muito equilíbrio, abertura de espírito e tolerância.

É certo que a I República (1910-26) deu origem a um conflito religioso, que conduziu à expulsão dos Jesuítas - uma vez mais - às leis de Separação da Igreja do Estado e da Família, do grande Afonso Costa, que com a Constituição Republicana de 1911, criaram um Estado laico e não confessional. O Vaticano chegou a cortar relações com o Estado português, o que incontestavelmente fragilizou a República, recém implantada.

Tudo isso, porém, passou, antes do fim da I República, que terminou em 1926, com um golpe militar de que foi chefe, por pouco tempo, o então general Gomes da Costa. Golpe que deu lugar à Ditadura Militar, encerrando o Parlamento, ilegalizando os Partidos Políticos, criando a Censura, que aboliu a liberdade de imprensa e instalando, onnipotente, a polícia política. Ditadura que, sob várias formas, se prolongou por 48 anos, com Salazar e Marcelo Caetano. Contudo, curiosamente, a Lei de Separação da Igreja do Estado não foi tocada... Tinha sofrido algumas emendas, no tempo de Sidónio Pais, feitas pelo Ministro da Justiça da época - e grande republicano - Moura Pinto.

A II República, criada pela Revolução dos Cravos (1974) não cometeu alguns dos erros da I República e teve um enquadramento europeu, até agora, muito favorável. Entre eles, o da questão religiosa que, aliás, depois do Concílio Vaticano II de 1964 e do aparecimento em Portugal dos católicos progressistas e do exílio do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes. Isto levou à separação de uma parte da Igreja do salazarismo e por isso, o anti-clericalismo tinha perdido muito da sua razão de ser. Não obstante a cumplicidade da Igreja com a Ditadura e com as guerras coloniais, que duraram 13 longos anos, muito cruéis.

A Igreja conduzida então pelo Cardeal D. António Ribeiro teve a inteligência de compreender a Revolução dos Cravos - e a necessidade da descolonização, sem a qual a democratização e o desenvolvimento se tornariam impossíveis.

Em consequência dessa abertura da Igreja, a que correspondeu a tolerância e o respeito do Estado de Direito Democrático e Laico da II República, as relações entre as diferentes religiões e entre crentes e não crentes tornaram-se muito cordiais. A que se juntou um fenómeno novo: a entrada em Portugal de milhares de portugueses vindos das ex-colónias, de variadas religiões e de não portugueses, que para aqui imigraram, africanos, asiáticos, sul-americanos, trazendo as suas diferentes religiões. Foi um fenómeno totalmente novo, cuja integração na sociedade portuguesa não tem levantado problemas de maior. Antes pelo contrário.

Sua Santidade o Papa Bento XVI, na sua recente visita a Portugal, exaltou as excelentes relações entre o Estado e a Igreja e o respeito mútuo que resulta do reconhecimento da laicidade, ou seja, da separação do Estado das Igrejas...

Hoje, todas as grandes religiões estão representadas pelos seus fiéis e celebram os seus diferentes cultos, livremente, nos templos que construíram. O diálogo entre as diferentes religiões - e entre crentes e não crentes, repito - realiza-se no respeito mútuo e na assumpção da multiculturalidade. O que representa um enorme enriquecimento para a sociedade portuguesa, no seu conjunto.

Obviamente que a Igreja Católica, com as suas história, tradições culturais e civilizacionais, continua a ser a que tem mais fiéis e peso na sociedade portuguesa. Mas é hoje uma Igreja aberta à sociedade, à democracia e às mudanças geoestratégicas, pelas quais o Mundo, no seu conjunto, está a passar. É um não religioso e agnóstico que o constata.

A Comissão da Liberdade Religiosa, criada pela Lei respectiva, em 2001, teve como seu primeiro Presidente o Conselheiro Meneres Pimentel, que gentilmente nos visitou e conversou connosco, nas vésperas de Natal. Curiosamente, estiveram presentes representantes muçulmanos, judeus, protestantes e hindus, mas nenhum católico, com certeza pelas obrigações da quadra natalícia.

A Comissão da Liberdade Religiosa tem tido encontros com instituições homólogas de outros países europeus, e nomeadamente da Espanha. Ganhámos, com esses encontros, muitos conhecimentos. E, por isso, podemos hoje dizer, objectivamente, que a Igreja Católica portuguesa é, certamente, das mais abertas ao espírito do tempo. O que é extremamente importante, nesta época de crise, que atravessamos.

Lisboa, 28 de Dezembro de 2010